

Ministério de Minas e Energia

Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: Privatização da Sabesp pode seguir ‘modelo Eletrobras’ adaptado.....	2
Título: Exclusivo: Jorge Samek e Enio Verri estão na disputa pelo comando da usina de Itaipu	5
Título: "Não adianta o Brasil continuar vendendo carros elétricos só para os ricos", afirma presidente da Stellantis.....	7
Título: Poder da Eletrobras privada preocupa governo.....	10
VEÍCULO: Estado de S. Paulo	13
Título: Sinais ruins, mas é prematuro apostar no caos	13
Título: Risco político e preço do petróleo: o que deve afetar os dividendos da Petrobras....	14
Título: Tarcísio condena vandalismo: ‘Não admitiremos isso em São Paulo’	16
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	18
Título: PT estuda alternativa para plano de manter refinarias da Petrobras	18
Título: Empresas públicas perdem R\$ 15,4 bi na semana de Lula	21
VEÍCULO: O Globo.....	23
Título: Rivais já se preparam para atuar como empresas de energia	23
Título: Governo quer que Petrobras atue em áreas que vão de fertilizante a refino	24

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 09/01/2023****Seção: Empresas****Autor: Taís Hirata — De São Paulo****Título: Privatização da Sabesp pode seguir ‘modelo Eletrobras’ adaptado**

O governo paulista irá estudar uma privatização da Sabesp nos moldes do que foi feito na Eletrobras, porém, ponderando as peculiaridades do setor de saneamento - que vão exigir uma negociação com os municípios atendidos pela companhia de água e esgoto. Segundo Natália Resende, que assumiu a recém-criada “supersecretaria” de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística do Estado, o passo inicial será dado nos 100 primeiros dias da gestão, com a contratação dos estudos. No processo, outros modelos de desestatização também poderão ser avaliados, diz ela.

“Vamos detalhar cada um dos cenários. É lógico que a gente já tem um ‘feeling’, um cheiro, então quando falamos do modelo de privatização da Eletrobras é porque de fato enxergamos ali [um formato interessante]. Mas certamente vamos estudar as propostas que surgirem”, afirma.

Em entrevista ao **Valor**, sua primeira no cargo, Resende também falou sobre outros planos à frente da pasta, que reuniu as secretarias de Transporte e Logística e de Infraestrutura e Meio Ambiente.

Estado já estuda assumir obra de ligação Santos-Guarujá, caso União não leve adiante privatização do porto

Entre os projetos em análise estão a privatização da Empresa Metropolitana de Águas e Energia (Emae), que deverá ter edital lançado ainda neste ano; o plano para a despoluição de rios, que poderá ser articulado às desestatizações da Sabesp e da Emae; a concessão para as balsas litorâneas, em formato de PPP; e a possível retomada de um projeto estadual para tirar do papel a ligação seca Santos-Guarujá, caso o governo federal não leve adiante a obra do túnel, incluída na desestatização do Porto de Santos.

Procuradora Federal da AGU (Advocacia Geral da União), Resende atuou como consultora jurídica do Ministério de Infraestrutura sob a gestão do atual

governador paulista, Tarcísio de Freitas (Republicanos) - e, segundo ele, ajudou na estruturação de “uma centena de leilões de infraestrutura”. A seguir, os principais tópicos da entrevista.

Desestatização da Sabesp
“Vamos estudar a desestatização da Sabesp, o que abarca a privatização. Se esta for a melhor opção, vamos caminhar para isso”, afirma a secretária. Segundo ela, a meta é conseguir antecipar a universalização dos serviços de água e esgoto no Estado e melhorar a prestação ao usuário final.

Nas 375 cidades atendidas pela Sabesp, o abastecimento de água é universalizado (98%), mas as perdas de água ainda representam 16% do total produzido. A cobertura de coleta de esgoto é de 92%, e o tratamento, de 78%, segundo dados de 2021.

Resende afirma que a ideia é estudar uma junção do modelo de privatização da Eletrobras (feito por meio da venda de ações da estatal na Bolsa) com as peculiaridades do setor de saneamento básico. No processo de venda de controle da empresa elétrica, houve a diluição da participação acionária do governo federal, por meio de um aumento de capital.

No caso do setor de água e esgoto, a principal diferença é que a competência do serviço é do município. Isso significa que será preciso renegociar contratos com as prefeituras, caso a Sabesp queira fazer mudanças - por exemplo, para estender os prazos ou adicionar investimentos. “Precisamos conversar com os municípios. Isso vamos fazer. Têm vários contratos com prazos diferentes e queremos antecipar a universalização. Para fazer isso, precisamos de mais investimento”, diz.

Questionada sobre a possibilidade de o Estado manter uma “golden share” (ação especial com poder de veto), ela diz que o tema também será estudado.

Também perguntada sobre outros formatos de desestatização, como venda direta, concessão de blocos ou capitalização, ela afirmou que diferentes modelos seriam analisados, mas destacou que é preciso ter foco. “Várias propostas vão surgir no processo. O que não pode é perder o foco.”

Ainda não há um cronograma para o processo de desestatização. Isso será definido nos estudos, que serão contratados nos 100 primeiros dias de governo.

Lei do Saneamento

Em relação à discussão no governo federal sobre mudanças na lei do saneamento, Resende afirma que a ideia foi mal recebida. “Quando olhei [a Medida Provisória que propôs alterações na Agência Nacional de Águas], me deu muita preocupação. Depois soltaram que foi um erro. Tudo bem, erros acontecem, mas a pauta do saneamento é muito prioritária, tem que ter muita atenção.”

A secretária diz que ainda será preciso aguardar as propostas federais para ponderar os possíveis impactos nos planos do Estado. “Da nossa parte, vamos fazer o máximo para blindar e fazer o que achamos que é correto.”

Privatização da Emae

Antes da Sabesp, o governo paulista planeja viabilizar a privatização da Emae, empresa de geração de energia elétrica do Estado. A meta, diz a secretária, é lançar ao menos o edital do projeto ainda em 2023.

Os estudos também serão contratados nos 100 primeiros dias da gestão. “Há muito interesse pela empresa, que já tem um valor de mercado de mais de R\$ 2 bilhões”, diz ela. A Emae opera as hidrelétricas de Henry Borden, Porto Góes, Rasgão e Pirapora.

Despoluição de rios

Como proposta para fortalecer os programas já existentes de despoluição de rios, Resende afirma que será analisada a possibilidade de incluir a pauta nas privatizações da Emae ou da Sabesp. Dois modelos serão analisados: tanto a inclusão de obrigações nos contratos, quanto o uso das outorgas obtidas nos leilões, para subsidiar obras.

“Dá para a gente ‘carimbar’ esses recursos. Já fizemos muito isso nos projetos federais de infraestrutura, é uma retroalimentação positiva dentro do setor”, diz.

Concessões de transportes

Na área de transportes, Resende destaca ao menos dois projetos no radar da supersecretaria. O primeiro deles é a concessão de oito travessias litorâneas do Estado - que a gestão passada tentou tirar do papel, sem sucesso.

“A prioridade é retomar o projeto das balsas e com um olhar de PPP [Parceria Público Privada, modelo em que o governo entra com recursos para dar viabilidade econômica ao contrato]”, diz.

Além disso, o Estado deverá analisar soluções para a construção de uma ligação terrestre entre Santos e Guarujá, caso o atual governo federal não dê continuidade à desestatização do Porto de Santos. O atual projeto portuário, elaborado pela equipe de Tarcísio, no Ministério de Infraestrutura, inclui a construção de um túnel submerso entre as cidades, cruzando o canal do porto.

Porém, caso a iniciativa não vá adiante, o Estado irá assumir a tarefa, diz Resende. Ela evita falar qual seria o formato da travessia neste caso, se uma ponte ou um túnel. O tema gerou uma enorme controvérsia na gestão passada e um embate entre União e São Paulo - em que Freitas defendeu o túnel, enquanto o governo estadual queria uma ponte.

“Vamos estudar se seria feito por concessão, se por obra pública, e qual seria o modelo mais eficiente. Vamos estudar a travessia, temos diferentes possibilidades.”

O novo governo já tem marcado seu primeiro leilão de infraestrutura, da PPP do Rodoanel Norte, um projeto herdado da gestão passada, que fez toda a estruturação. A concorrência está agendada para 14 de março - e, segundo ela, há interessados.

O governo também deverá avaliar novas concessões viárias. Resende explica que sua equipe irá acompanhar o tema, porém, a gestão desses contratos ficará concentrada na secretaria de Parcerias e Investimento do Estado, chefiada por Rafael Benini. “Aqui vamos pensar em políticas públicas estruturantes”, diz ela.

Um dos objetivos da secretária é elaborar um plano estadual de logística, para dar mais equilíbrio à matriz de transporte do Estado.

Questionada sobre as renovações antecipadas firmadas pelo governo passado com as concessionárias de rodovias, que durante a campanha foram alvo de críticas de Tarcísio, ela diz que os contratos serão respeitados, mas que pode haver melhorias. “A gente pode melhorar, com certeza. Aí precisa olhar os contratos e entender. Isso vou fazer em conjunto com o Benini”, afirmou.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 09/01/2023

Seção: Empresas

Autor: Robson Rodrigues, Valor — São Paulo.

Título: Exclusivo: Jorge Samek e Enio Verri estão na disputa pelo comando da usina de Itaipu

Fontes ouvidas pela reportagem do Valor dizem que o novo nome não deverá atender somente a critérios políticos

Após a definição dos ministros do novo governo do presidente **Luiz Inácio Lula da Silva**, a corrida agora é por cargos de importantes estatais que ainda estão sem comando da nova gestão. Para o posto de diretor-geral brasileiro da hidrelétrica da **Itaipu Binacional**, estão no páreo os nomes do engenheiro agrônomo e ex-diretor geral da usina **Jorge Samek** e do deputado federal do Paraná **Enio Verri** (PT). Os dois nomes estão na mesa do presidente Lula para escolha final.

Fontes ouvidas pela reportagem do **Valor** dizem que o novo nome não deverá atender somente a critérios políticos. “É preciso ser técnico no setor elétrico e também ter perfil conciliador. Agora em 2023, o Tratado de Itaipu completa 50 anos, quando está prevista a revisão do Anexo C, que estabelece as bases financeiras e de prestação de serviços de eletricidade de Itaipu”, diz uma das fontes.

Ambos nomes são fortes na cúpula do Partido dos Trabalhadores. Samek é amigo íntimo de Lula, comandou Itaipu por 14 anos nos governos Lula, **Dilma** e **Temer**, tem bom trânsito com os paraguaios e pode ajudar na negociação com o país vizinho, que será conduzida pelo Ministério de Relações Exteriores. Mesmo contrariado, ele aceitou disputar a eleição pelo governo do Paraná como vice-governador de **Roberto Requião**, a pedido de Lula para reduzir a margem de perda para **Ratinho Junior**.

Já Verri é próximo a **Gleisi Hoffmann**, tem experiência política nos três níveis de governo, bom currículo acadêmico e fama de conciliador e a saída dele da Câmara abre caminho para outra liderança regional do Oeste no Paraná, o suplente **Elton Welter**, vereador de Toledo. Para a função também foi cogitado o nome de **Zeca Dirceu**, mas arranjo político feito no Paraná com a confirmação do correligionário como líder do partido na Câmara Federal pode pavimentar caminho para o Verri.

A indicação deve sair nos próximos dias, já que o PT precisa colocar panos quentes na saia-justa gerada por Requião, que não gostou do convite feito por Gleisi para assumir o cargo de conselheiro da Itaipu e chamou a indicação como 'boquinha de luxo'.

“A incógnita é como o Lula vai tentar fazer uma operação de minimizar os estragos da explosão de Requião, se ele vai mesmo entrar em campo e tentar

apaziguar. Só assim o quadro pode ter uma reviravolta, mas do jeito que está não acho que tenha condições políticas do Requião ser contemplado (...). O Samek conta com a preferência do Lula, mas do ponto de vista da lógica do PT do Paraná e da Gleisi, o nome de Verri ganha tração”, disse uma fonte ouvida sob condição de anonimato.

Os dois nomes do PT no tabuleiro poderiam agradar o ex-governador, preterido para o cargo, já que Samek trabalhou com Requião na prefeitura de Curitiba e Verri foi secretário Estadual de Planejamento no governo Requião entre 2007 e 2010.

A indicação deve sair nos próximos dias, já que o PT precisa colocar panos quentes na saia-justa gerada por Requião, que não gostou do convite feito por Gleisi para assumir o cargo de conselheiro da Itaipu — Foto: Caio Coronel/Itaipu Binacional

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 09/01/2023

Seção: Empresas

Autor: Marli Olmos — São Paulo

Título: "Não adianta o Brasil continuar vendendo carros elétricos só para os ricos", afirma presidente da Stellantis

O processo de **descarbonização dos veículos** deveria ser conduzido pelo pragmatismo, segundo o **presidente mundial do grupo Stellantis, Carlos Tavares**. Para ele, no caso do Brasil, por exemplo, “não adianta continuar vendendo carros elétricos só para os ricos”. O planeta terá mais a ganhar, diz o executivo, se o país retirar os veículos velhos das ruas e aproveitar o potencial do **etanol** para vender **automóveis menos poluentes**, a combustão e híbridos, às pessoas da classe média que hoje estão muito distantes de conseguir comprar um modelo **elétrico**.

Tavares recorreu ao pragmatismo e ao dogmatismo para explicar que, a seu ver, o mundo está hoje dividido entre essas duas teorias quando o assunto é descarbonização do transporte e **carros elétricos**. Na abordagem pragmática, diz, usa-se o que se tem à mão para reduzir emissões drasticamente e com urgência. “Vejo essa situação nos países mais ao Sul. Quando nos voltamos para o Norte encontramos mais dogmatismo. Os mais radicais vão sempre dizer não ao carro com motor a combustão porque acham que estamos [os fabricantes] trapaceando, contornando o problema”, destaca.

O executivo que desponta hoje como um dos mais influentes e respeitados no setor automotivo — e também um dos mais poderosos pelo tamanho do grupo que comanda — acabara de fazer uma apresentação no evento **Consumer Electronics Show (CES)**, sexta-feira (6), em Las Vegas (EUA), quando concedeu entrevista a um grupo de jornalistas de diferentes países, alguns presentes em Las Vegas e outros de forma remota. A conversa deixou claro que os protótipos que ele mostrou no placô da **CES 2023, autônomos** e com muita tecnologia, serão o **carro do futuro** em algumas regiões, mas uma realidade muito mais distante em grande parte do planeta.

Mas como o planeta é um só e exige urgência para ser salvo cada um tem que fazer o que está ao seu alcance. Ao usar o exemplo brasileiro, Tavares comparou as diferentes realidades.

“Sabemos que o **Brasil** possui uma solução técnica muito eficiente, que se chama **flex fuel** (motores que funcionam com gasolina ou etanol). Se você olhar por uma perspectiva pragmática, o que conta é reduzir emissões com uma solução de impacto significativo para o planeta e acessível ao consumidor. Mas se só vendermos um produto caro para pessoas ricas o impacto no clima será muito marginal”, diz Carlos Tavares.

Para o executivo, regiões onde prevalece o dogmatismo exigem a mudança para elétricos puros, células de combustível “ou qualquer que seja a solução para emissão zero”. Já, para os mais pragmáticos, destaca, o importante é reduzir emissões em quantidade significativa. “O nível de emissões de CO2 em carros vendidos há 12 anos é o dobro dos similares de hoje”, completa.

O executivo citou o chamado híbrido leve — que funciona com um motor a combustão, que abastece o elétrico —, um tipo de veículo que a Stellantis tem defendido para o Brasil, como uma forma de manter vendas em altos volumes “e fazer um ótimo trabalho para o planeta”. Esse tipo de veículo ajudará, diz, a reduzir as emissões em pelo menos 50% em relação aos carros mais antigos.

Para ele, nesse caso, subsídios são necessários para retirar os carros velhos das ruas. Uma solução diferente dos incentivos que os países ricos dão para o consumidor trocar o carro por um elétrico. No caso dos Estados Unidos, por exemplo, o governo oferece U\$ 7,5 mil em cada carro. “Como somos uma empresa global temos o privilégio de observar e compartilhar as formas diferentes de encarar o mesmo problema no mundo”, afirma.

A realidade brasileira é diferente das metas já fixadas pela Stellantis na Europa e EUA. A companhia tem como meta chegar em 2030 com modelos elétricos em 50% das vendas no mercado norte-americano e 100% na Europa. “Faltam apenas sete anos”, disse Tavares durante a apresentação na CES. Na maior feira de tecnologia do mundo, que termina neste domingo (8), a Stellantis mostrou o conceito de automação da **Jeep** (uma das suas marcas), que prepara o veículo que irá, sozinho, buscar o motorista que decidiu fazer uma trilha a pé, por exemplo.

Já no arrojado protótipo da **Peugeot**, chamado **Inception**, o volante poderá ser automaticamente guardado num compartimento à frente do motorista quando ele se cansar de dirigir e preferir usar o espaço da direção para apoiar um notebook, por exemplo. Nesse caso, o veículo seguirá a viagem de forma autônoma.

A Stellantis tem feito parcerias com empresas de tecnologia, como **Samsung e LG**, e startups para assumir o controle de novidades nos carros que, pouco a pouco, deixam de ser apenas um meio de transporte para serem integradas à rotina do consumidor.

Paralelamente, a companhia — que no Brasil representa as marcas **Fiat, Chrysler, Peugeot e Citroën** — trabalha globalmente no desenvolvimento de materiais e elementos químicos que permitirão estender a autonomia das baterias do modelo elétrico sem sobrecarregar o veículo com componentes pesados.

Em parceria com a americana Archer Aviation, a montadora também pretende desenvolver **aeronaves elétricas** (também chamadas de **carros voadores**) para aliviar os congestionamentos nas grandes cidades. “As novidades chegam até nós a uma velocidade que nunca vimos no passado”, destaca Tavares.

Segundo o executivo, um dos maiores desafios da indústria hoje é reduzir os custos, já que os preços dos carros elétricos são elevados mesmo nos países mais ricos e é por isso que os governos ainda dão incentivos. O quadro piora diante da inflação de custos em todos o mundo e a perspectiva de que, com o aumento da demanda, alguns elementos usados em baterias comecem a se tornar escassos. Como aconteceu com os semicondutores.

Desde o tempo em que estava no comando do grupo francês PSA Peugeot Citroën (antes da criação da Stellantis, em janeiro de 2022), o português Carlos Tavares, de 64 anos, tem sido crítico da forma unilateral como algumas regulamentações

governamentais voltadas à eletrificação, principalmente na Europa, são definidas.

O executivo mantém-se crítico. Mas assumiu a posição de que não adianta a indústria reclamar, mas, sim, antecipar-se às normas. “Não podemos esperar por regulamentações. Precisamos correr mais rápido que os regulamentos. Essa é uma das razões pelas quais, além da responsabilidade ética com nossos netos, decidimos ser uma companhia neutra em carbono o mais rápido possível, em 2038”, afirma. “Os reguladores não estão nos perguntando quanto tempo você precisa para desenvolver isso ou aquilo. Eles só dizem: é isso que você precisa fazer, senão eu te mato com multas ou você desaparece. A conclusão que tiro disso é que precisamos correr mais rápido”.

Para Tavares, além de produzir veículos de emissão zero, quanto mais rápido uma empresa for neutra em carbono melhor será para o planeta e também para proteger a companhia de qualquer regulamentação que inviabilize a sua sustentabilidade financeira no futuro.

Segundo ele, a Stellantis também decidiu acabar com o lobby junto aos governos para tentar barrar regulamentações nesse sentido. “Estou no meu 42º ano na indústria automobilística. Alguns anos atrás tentávamos entender qual seria o próximo regulamento e eventualmente tentávamos negociar. Agora eu eliminei completamente qualquer atividade de lobby na Stellantis, não há lobista. Isso significa que estou apenas tentando correr mais rápido do que o regulador. Porque haverá um momento em que será feita a pergunta: devemos permitir que essa companhia opere se ela não for neutra em carbono?”

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 09/01/2023

Seção: Empresas

Autor: Rafael Bitencourt, Valor — Brasília

Título: Poder da Eletrobras privada preocupa governo

Privatizada, a Eletrobras promete assumir um novo protagonismo no setor elétrico que, além da maior capacidade de investimento, quer se posicionar melhor no mercado livre — ambiente de comercialização que permite ao consumidor escolher de quem comprar energia. O tamanho da ex-estatal já é acompanhado por órgãos do setor e chegou a ser apontado, em relatório

remetido ao Ministério de Minas e Energia, como de risco de concentração de mercado, com possibilidade de aumento das tarifas.

O alerta feito ao novo ministro de **Minas e Energia, Alexandre Silveira**, chegou acompanhado da sugestão de criar um grupo de trabalho para monitorar tamanho poder de mercado da Eletrobras. A equipe técnica da transição propôs que seja alongado o prazo da descotização (transferência da energia do sistema de cotas para preços livres).

O risco de conduta anticoncorrencial da Eletrobras parte do poder sobre 43% da rede de transmissão e 48% da capacidade de geração hidrelétrica do país. O cenário ainda seria agravado pela transferência escalonada (20% por ano) dos contratos das usinas do regime de “cotas” — destinado às distribuidoras e com remuneração reduzida — para o de “produtor independente” — com oferta de energia a preços livres.

Essa transição de contrato, a “descotização”, será concluída ao fim de cinco anos, contados a partir de 2023. Feita a migração, toda a oferta de energia das usinas será negociada livremente.

Hoje, o mercado livre dita as tendências de evolução do setor elétrico nas economias mais desenvolvidas. No Brasil, o benefício de escolha do fornecedor de energia — pelo simples critério de preço ou tipo de fonte (renovável ou não), impacto social, etc — está restrito aos grandes consumidores, como indústrias e shoppings centers. Já há alguns anos, o Congresso discute ampliação do acesso às residências e de comércio de pequeno porte.

O cronograma foi definido em resolução do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) no governo anterior. O colegiado é formado por ministros e presidido pelo titular de Minas e Energia.

“Por enquanto, não houve nenhuma ação que preocupe, até porque a descotização levará alguns anos. Hoje, a Eletrobras não é a maior comercializadora de energia do país, apesar de ser a maior empresa do setor”, afirmou o diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Sandoval Feitosa.

Ao **Valor**, o diretor da agência explicou que eventuais prejuízos da concentração de mercado serão fiscalizados pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). A Aneel, disse, apenas colabora com informações.

O ex-diretor da Aneel e ex-presidente da Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia (Abrace), Edvaldo Santana, não vê problema na atuação de “um grande gerador” no mercado livre. A energia da Eletrobras, disse ele, vai concorrer com as “fontes incentivadas” (eólica, solar e pequenas hidrelétricas), que já ofertam a preços bastante competitivos.

Na visão do ex-diretor da Aneel, deve-se observar que os preços da energia em contratos de curto prazo — modalidade de negociação no mercado livre — são calculados por modelos matemáticos que limitam o poder de decisão dos grandes grupos, o que “não mudará tão cedo”. Para ele, causa preocupação mais uma geradora do porte da Eletrobras ser “verticalizada”, detendo mais da metade da rede de transmissão. “Isto sim deixa o sistema vulnerável ao poder de monopólio, mas não é difícil resolver”, afirmou.

Sobre os riscos da descotização, Santana disse que “não procede”. “Com a superoferta prevista para os próximos 12 anos, a energia será recomprada por preço igual ou menor que o das cotas. Além disso, o risco hidrológico [despesa com térmicas acionadas em estiagens severas] fica com o vendedor”, pontuou.

A economista Elena Landau pondera que a descotização foi uma das premissas da capitalização da Eletrobras, usada para precificar ações, prever fluxo de caixa e quanto entraria para o governo.

“Rever isso causa um grande abalo à segurança jurídica do Brasil. Ninguém mais viria fazer negócios aqui, porque não se respeita contratos”, disse ela, que foi diretora de privatizações do BNDES no governo Fernando Henrique e presidente do conselho de administração da Eletrobras na gestão Michel Temer.

Landau considera que a mudança nos contratos das usinas é também fundamental para a “reorganização” do mercado de energia. “Foi a cotização que quebrou a Eletrobras com a Medida Provisória 579, uma ‘bomba atômica’ no setor elétrico”, disse a economista, ao se referir à medida tomada pela ex-presidente Dilma Rousseff (PT) em 2012 para forçar uma redução das tarifas adotando o regime de cotas.

“Só não quebrou porque era uma empresa estatal, que tinha o Tesouro como garantidor. Qualquer empresa privada teria ido à recuperação judicial”, completou. Landau, que coordenou no ano passado o programa econômico da candidata a presidente Simone Tebet (MDB), disse que a MP 579 levou o país a arcar nos anos seguintes com o “maior tarifaço na história”, em consequência da

alocação do risco hidrológico ao consumidor (e não ao gerador) quando houve drástica diminuição do nível dos reservatórios.

VEÍCULO: Estado de S. Paulo

Data: 09/01/2023

Seção: Artigos

Autor: Claudio Adilson Gonzalez

Título: Sinais ruins, mas é prematuro apostar no caos

Os sinais dados pelo presidente Lula da Silva na parte econômica de seu discurso de posse foram preocupantes. Destacou-se o estilo excessivamente intervencionista na economia, com bandeiras ultrapassadas, mas não aplicadas nem pelo próprio Lula no seu bem-sucedido primeiro mandato. O presidente condenou a importação de produtos de alta sofisticação tecnológica, nos quais o Brasil não é competitivo, como microprocessadores, satélites e plataformas de petróleo, fazendo lembrar o protecionismo caricato da reserva de mercado para informática. Ao chamar de estupidez o teto de gastos, cuja revogação já está prevista na Emenda Constitucional 126/22, transmitiu, desnecessariamente, a sensação que dá pouco valor ao controle das contas públicas. Foi difícil não ler nas entrelinhas a expressão “gasto é vida”.

As preocupações aumentaram com as manifestações de alguns ministros em suas cerimônias de posse. Os grandes destaques negativos ficaram com os ministros da Previdência Social, Carlos Lupi, que quer rever a reforma da Previdência, e com **Alexandre Silveira, das Minas e Energia**, que lançou grandes dúvidas sobre as políticas de preços dos combustíveis e de energia elétrica. Da forma como Silveira colocou essas questões, foi inevitável lembrar o desastre no setor energético promovido pelo controle de preços na gestão de Dilma Rousseff. A fala de Lupi foi desautorizada pelo ministro Rui Costa, da Casa Civil, e Jean Paul Prates, que deverá presidir a Petrobras, tentou acalmar o mercado em relação à nova política de preços dos combustíveis. Mas esses episódios só aumentaram as incertezas sobre o novo governo. Então é o caos? É prematuro afirmar isso, pois ainda é possível corrigir a rota.

É preciso também ter cuidado com a excessiva ideologização do debate econômico. Como ensina Marcos Lisboa, boas e más políticas públicas não são privilégios da esquerda ou da direita. O problema é que falta no Brasil um efetivo

sistema de avaliação dos custos e benefícios dos gastos e das renúncias de receitas.

E na área econômica há sinais positivos. Fernando Haddad mostra-se aberto ao diálogo, tem feito declarações sensatas e montou uma equipe eminentemente técnica em sua pasta. Geraldo Alckmin e Simone Tebet, à frente de importantes ministérios, são políticos claramente identificados com a estabilidade fiscal.

O governo poderá começar a virar o jogo se conseguir: 1) reduzir significativamente o déficit previsto no Orçamento de 2023, o que parece viável; 2) avançar em uma reforma tributária nos moldes da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 45 (Haddad não chamou Bernard Appy por mero acaso); e 3) aprovar novo arcabouço de regras fiscais críveis, bem desenhado e que sinalize a sustentabilidade da dívida pública. Fora disso, não há atalho.

Sim, há muito mais que precisa ser corrigido. Os riscos são enormes. Tratarei desses temas nos próximos artigos.

VEÍCULO: Estado de S. Paulo

Data: 09/01/2023

Seção: Economia

Autor: Jenne Andrade

Título: Risco político e preço do petróleo: o que deve afetar os dividendos da Petrobras

Levantamento mostra que, caso mantenha a mesma política de distribuição de proventos de 2022, estatal do petróleo seria de longe a maior pagadora de dividendos brasileira.

Caso a Petrobras mantenha a mesma política de distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio (JCP) do ano passado, a estatal deve ocupar a posição de maior pagadora de proventos da Bolsa em 2023. A petroleira lidera a lista de 22 ações que devem pagar os maiores dividendos deste ano, segundo levantamento realizado por Einar Rivero, head comercial do TradeMap.

As ações preferenciais (PETR4) e ordinárias (PETR3) podem acumular um dividend yield (DY, indicador que determina quanto uma ação paga de dividendos, comparando o preço pago ao acionista em relação à cotação do ativo financeiro) de 68,3% e 59,7%, respectivamente. O percentual é acima do registrado em 2022, de 58,6%, e bem mais elevado do que a média dos últimos cinco anos, de 5,5%.

No caso da estatal, somente em dividendos o investidor poderá ter um retorno quase quatro vezes maior que a taxa básica de juros da economia, atualmente em 13,75% ao ano.

Contudo, mesmo diante dos possíveis super dividendos, as ações da Petrobras dividem o mercado. Sinalizações do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) sobre a estatal desagradam os investidores, que enxergam risco de ingerência política na companhia.

O temor é em relação a uma eventual mudança na política de preços da petroleira para controlar artificialmente os preços dos combustíveis. Medida que o novo governo já se mostrou favorável e remete, entre os investidores, a práticas econômicas malsucedidas do governo Dilma Rousseff.

Ricardo França, analista da Ágora Investimentos, descarta a recomendação de investimento nos papéis da gigante do petróleo quando o assunto é dividendos. “Não é uma boa indicação enquanto não soubermos quais serão as diretrizes sobre a política de distribuição dos dividendos”, afirma.

Gustavo Cruz, estrategista da RB Investimentos, concorda com essa visão. Para o especialista, a economia deve desacelerar e a taxa de juros alta deve afetar o resultado das companhias, o que deve comprometer ou diminuir a tendência de dividendos ao longo do ano.

INCERTEZAS. A conjuntura macroeconômica seria um adicional negativo ao risco político, tanto no caso da Petrobras quanto no caso do Banco do Brasil, tornando a recomendação para essas ações inviável. Pelo menos se o objetivo é receber dividendos.

“No caso de Petrobras e Banco do Brasil, claramente existe um desejo do governo eleito de diminuir a quantidade de dividendos e aumentar os investimentos. Essas empresas foram interessantes nos últimos anos, mas não colocaria como uma recomendação”, diz Cruz.

Por outro lado, há quem analise que o eventual retorno robusto em dividendos compensa o risco político. É o caso de Leonardo Piovesan, analista da casa de análise Quantzed.

“Mesmo que o nível de pagamento de dividendos da Petrobras seja reduzido pelo novo governo e diretoria da empresa, ainda assim o DY dela continuaria atrativo

em função de o petróleo estar em um patamar alto e pela queda recente dos papéis”, diz Piovesan.

Mesmo com a eventual ingerência, Piovesan explica que o efeito negativo não seria consolidado no próximo ano. “Não seria nenhum absurdo esperar um dividend yield de 20% neste ano para Petrobras, o que já a colocaria como o maior DY da Bolsa”, diz.

SELEÇÃO. O TradeMap selecionou as 22 possíveis maiores pagadoras de dividendos neste ano. O cálculo do dividend yield projetado para o final de 2023 considerou o preço da ação no último dia de 2022 e o valor de dividendos e JCP distribuídos no ano passado. Também assumiu a premissa de que a política de dividendos e JCPs não seria alterada, continuando equivalente ou superior à realizada em 2022. “Antes de efetuar qualquer investimento recomendamos análise mais detalhada das empresas”, diz Rivero, em relatório.

Além da Petrobras, com projeção de rendimento de dividendos em 68,3%, nenhuma outra apresentou dividendo projetado superior a Selic atual. Sendo assim, logo atrás da estatal aparece a Mahle Metal Leve, com um DY de 13,6%. A fabricante de autopeças teve um rendimento de dividendos de 13,4% em 2022 e historicamente possui um DY mediano de 7,52%.

Em terceiro lugar está o Banco do Brasil, com um rendimento de dividendos projetado de 11,9%. Apesar do risco político, que também ronda a instituição com a troca de governo, a ação está entre as indicadas por Carvalho, da CM Capital, e Piovesan, da Quantzed. “Banco do Brasil, Bradesco e Santander sempre pagam bons dividendos. O setor de bancos é perene”, diz Carvalho.

“Existe o risco de que os resultados do banco, que estavam atrativos, comecem a deteriorar com a chegada do novo governo. Mas isso pode ser que demore a acontecer”, afirma Piovesan.

VEÍCULO: Estado de S. Paulo

Data: 09/01/2023

Seção: Política

Autor:

Título: Tarcísio condena vandalismo: ‘Não admitiremos isso em São Paulo’

Chefe do Executivo paulista repudia violência dos atos; governadores colocam PMs à disposição para atuar em Brasília.

O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), usou as redes sociais para repudiar atos bolsonaristas em Brasília. Segundo ele, “manifestantes perdem a legitimidade e a razão a partir do momento em que há violência nos atos”. O novo chefe do Executivo paulista assegurou que cenas como as vistas no Distrito Federal não serão admitidas no Estado. “Não admitiremos isso em SP!”, disse.

O prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes, também repudiou as invasões aos prédios públicos e afirmou que nada justifica “brutal ação”. “Precisamos pacificar, respeitar manifestações desde que não ultrapassem o limite constitucional”, disse. Nunes foi para a sede da Prefeitura na tarde de ontem e ordenou reforço na segurança do prédio, que fica na área central da cidade.

Também durante a tarde, um grupo de apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro em São Paulo paralisou a Avenida 23 de Maio, no sentido centro, na altura no Parque Ibirapuera. Eles se opõem à eleição democrática do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e pedem intervenção militar. O trânsito foi desobstruído rapidamente pela Companhia de Engenharia de Tráfego (CET). Em Mato Grosso, bolsonaristas bloquearam trechos da rodovia BR 163.

REFINARIAS. A Petrobras afirmou em nota, ontem, que suas refinarias funcionavam normalmente. A informação foi divulgada depois do anúncio feito por radicais de que bloqueariam as refinarias de petróleo. O objetivo seria provocar a suspensão no abastecimento de combustíveis. “A Petrobras está tomando todas as medidas preventivas de proteção necessárias, conforme procedimento padrão”, disse a estatal.

Os chefes dos Executivos estaduais informaram, por meio de nota divulgada pelo Fórum Nacional de Governadores, que colocaram forças militares dos Estados à disposição para atuar em Brasília contra as invasões do Congresso Nacional, do STF e do Planalto.

RECRIMINAÇÃO. Na nota, o Fórum repudia os atos extremistas praticados na capital federal: “As governadoras e os governadores, colocando-se à disposição para o envio de forças militares estaduais destinadas a apoiar a situação de normalidade nacional, exigem a apuração das origens dessa movimentação absurda e a adoção de medidas enérgicas contra os extremistas e aqueles que permitiram, por negligência ou conveniência, tal situação, bem como a subsequente penalização de responsáveis.”

O grupo dos governadores também classificou os atos como “gravíssimos e inaceitáveis episódios”. O governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite (PSDB), falou em “barbárie e terrorismo”. Raquel Lyra (PSDB), governadora de Pernambuco, lembrou que manifestações fazem parte da democracia, mas que as cenas vistas em Brasília são “inaceitáveis”. “Só teremos um Estado e um país mais fortes quando todos respeitarem a lei e as regras que regem a República”, disse.

O governador do Estado do Espírito Santo, Renato Casagrande (PSB), classificou a invasão como “inaceitável”. “Temos de reagir com vigor para proteger a democracia. Resultado eleitoral precisa ser respeitado”, disse.

O governador do Pará, Helder Barbalho (MDB), classificou as invasões de ontem como uma “apologia contra o estado democrático de direito”.

“As governadoras e os governadores brasileiros exigem a apuração das origens dessa movimentação absurda e a adoção de medidas enérgicas contra os extremistas e aqueles que permitiram tal situação’ Trecho de nota do Fórum Nacional de Governadores

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 09/01/2023

Seção: Mercado

Autor: Lucas Marchesini e Julio Wiziack Brasília

Título: PT estuda alternativa para plano de manter refinarias da Petrobras

Para evitar ter que romper acordo com o Cade, uma das saídas seria usar dinheiro arrecadado para construir unidades na região

O futuro presidente da Petrobras, senador Jean Paul Prates (PT-RN), avalia a possibilidade de romper um acordo com o Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) para manter seis refinarias sob comando da petroleira. Os danos, no entanto, podem ser tão elevados que alternativas passaram a ser estudadas.

Uma das saídas analisadas pelos envolvidos nas discussões é vender as refinarias abrangidas pelo acordo firmado com o Cade há mais de três anos para, com o dinheiro arrecadado, outras unidades serem construídas.

Durante a transição, o PT chegou a pedir para a Petrobras parar com o plano de desinvestimento. Sob essa ótica, o fim do acordo com o Cade passou a ser a única forma de cumprir a promessa de campanha de Lula de ampliar a produção local de combustíveis para forçar a queda de preço, especialmente da gasolina e do diesel.

No entanto, se levar o plano adiante, a Petrobras voltará a responder a um processo sancionador que ficou suspenso com a assinatura do acordo com o Cade. As chances de a petroleira ser condenada por suposto abuso de poder econômico são grandes — motivo que a levou ao acordo no início do governo Jair Bolsonaro (PL).

A multa, especulam os técnicos do tribunal, pode ser muito elevada, e o desgaste na imagem da companhia, incomensurável.

Em contrapartida, há uma saída, segundo pessoas que acompanham as discussões no governo: seguir com a venda das seis refinarias restantes, conforme o combinado com o Cade, e usar os valores arrecadados para financiar a construção de novas unidades na mesma região.

Além de cumprir o acordo e aumentar os investimentos no setor, como deseja o governo, a medida também ampliaria a concorrência no setor. Isso porque as empresas que compraram esses ativos se tornaram monopolistas regionais e estariam vendendo combustível mais caro para clientes da própria região, que não têm outra alternativa para adquirir o produto.

Essas refinarias, no entanto, afirmam que essa situação só ocorre porque estão sendo obrigadas a comprar o insumo da própria Petrobras, que cobra mais caro. As importações, ainda segundo essas empresas, tornaram-se penosas diante da escassez do petróleo no mundo na pandemia, o que as tornou reféns da estatal.

Desde setembro de 2022, o Cade investiga a questão e a Petrobras está na mira. O órgão quer saber se a estatal prioriza suas refinarias com preços mais baixos — o que configuraria discriminação.

O acordo entre Cade e Petrobras foi firmado em 2019 e impôs a venda de oito das 13 refinarias da estatal, o que reduziria a participação da companhia no mercado a cerca de 50%. Hoje ela detém 98% do mercado, segundo o Cade. O plano de desinvestimento deveria ter sido concluído em 2021.

No entanto, até o momento, somente duas refinarias tiveram sua venda completamente concretizada, uma, no Amazonas e outra na Bahia.

A venda de uma terceira, no Ceará, será analisada pelo tribunal do Cade depois de o conselheiro Victor Fernandes discordar da decisão da SG (Superintendência Geral) do órgão, que autorizou a venda. A SG instrui os processos que são julgados pelo plenário.

Diante da demora em se desfazer das refinarias, a Petrobras teve que pedir mais prazo para o Cade para cumprir o acordo, o que foi concedido.

Tecnicamente, não é possível rever os termos do acordo. Politicamente, o tribunal também não quer abrir qualquer tipo de exceção porque isso enfraqueceria o que se considera ser um importante instrumento de coibição de práticas abusivas de mercado.

Pelos chamados TCCs (Termos de Cessação de Conduta), a empresa recolhe uma contribuição pecuniária e se compromete a pôr fim às práticas consideradas abusivas.

Em troca, o processo sancionador a que ela respondia fica suspenso. Assinado, esse acordo entra em vigor e passa a ser monitorado pelo Cade. Caso haja descumprimento, ele é cancelado e o processo volta a tramitar no tribunal até ir a julgamento.

No caso das refinarias da Petrobras, o processo foi movido por denúncia feita pela Abicom, a associação de importadores de combustível. Eles afirmaram que a empresa vendia combustível a preços muito mais baixos do que a média praticada em outros países —a chamada paridade internacional.

Essa diferença é que vem mantendo distorções de preços, tornando o combustível da Petrobras mais barato do que o da concorrência. Embora distribuidoras concorrentes da estatal tenham discordado da tese de que a concentração elevada (98%) levava a Petrobras a ser monopolista, a área técnica do Cade viu elementos que sustentaram a abertura do processo e que levaram, segundo técnicos envolvidos, à condenação à época.

Atualmente, o assunto ganhou conotação política com a decisão do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) de derrubar preços de combustíveis por meio da redução de impostos, medida que foi encampada pelo Congresso e que poderia ajudar na reeleição do mandatário —que, mesmo assim, foi derrotado por Lula.

O petista, que inicialmente criticou a medida de viés eleitoreiro, decidiu manter a redução de impostos por mais dois meses até que a política de preços da Petrobras seja revista. O futuro presidente da companhia, Jean Paul Prates, afirmou recentemente que não pretende fazer uma intervenção, mas ao mesmo tempo deixou claro que defende mexer na política de preços quanto à chamada paridade de importação.

Para ele, não faz sentido falar em paridade de importação quando o combustível está sendo produzido no país.

Em sinal de que está atento aos problemas enfrentados pelo novo governo, o presidente do Cade, Alexandre Cordeiro, pediu para que a SG abrisse uma investigação para apurar se postos subiram abusivamente o preço dos combustíveis na virada do ano.

A medida vai em linha com o que fez o ministro da Justiça, Flávio Dino, de enviar ofício questionando distribuidoras de combustível sobre o assunto.

Cordeiro chegou ao Cade em 2015, no governo de Dilma Rousseff (PT), por indicação do senador Ciro Nogueira (PP). Desde então, ele já foi conselheiro e superintendente-geral. Ocupará a presidência da autarquia até 2025.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 09/01/2023

Seção: Economia

Autor: Clayton Castelani São Paulo

Título: Empresas públicas perdem R\$ 15,4 bi na semana de Lula

Redução no valor de mercado passa de R\$ 227 bilhões desde a semana anterior ao 2.º turno; Petrobras lidera

Empresas com participação do governo federal listadas na Bolsa de Valores perderam R\$ 15,4 bilhões em valor de mercado na primeira semana de governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Desse total, quase R\$ 12,7 bilhões correspondem à desvalorização da Petrobras.

O resultado não surpreende o mercado, segundo analistas, e reflete a expectativa de investidores de que o retorno aos acionistas tende a ser menor com uma gestão que pretende intensificar a participação de estatais em suas políticas públicas.

Quando considerado o período entre 21 de outubro e esta sexta-feira (6), a desvalorização de empresas com participação federal sobe para R\$ 227,66 bilhões, segundo o levantamento de Einar Rivero, da plataforma Trade Map.

Na ocasião, faltando uma semana para o segundo turno das eleições presidenciais, pesquisas de intenção de voto mostravam que Jair Bolsonaro (PL) havia diminuído a distância para Lula. A estatal petrolífera atingiu naquele dia um valor de mercado de R\$ 520 bilhões, o maior da história. Já nesta sexta, a companhia terminou a sessão valendo R\$333 bilhões, ou seja, R\$ 187 bilhões a menos.

Também em 21 de outubro, o Ibovespa, referência da Bolsa de Valores, alcançou uma alta anual acumulada de 14,4%.

As perdas a partir de então diminuíram o resultado anual do Ibovespa para uma alta de 4,69% no encerramento de 2022, abaixo da inflação estimada em 5,62% para o período. Na primeira semana de 2023, o indicador do mercado de ações brasileiro caiu 0,70%.

“O governo não apresentou um discurso claro, com exceção de que irá parar todos os processos de privatização. Isso tem impacto no mercado, de modo geral, mas principalmente nas estatais”, afirma Gabriel Meira, especialista da Valor Investimentos.

“Não é nada muito diferente do que o mercado já esperava de um governo de Lula, mas é claro que os investidores acabam descontando suas insatisfações nas empresas públicas e no Ibovespa, em geral”, diz.

Na primeira quinzena de dezembro, a aprovação pela Câmara dos Deputados de um projeto alterando a Lei das Estatais para reduzir para 30 dias a quarentena de indicados a ocupar cargos de presidente e diretor das empresas públicas já confirmava um governo mais interventor, diz Ricardo Hammoud, professor de macroeconomia do Ibmecc-SE “Critérios políticos serão muito importantes para decisões e isso indica piora [nos resultados] das estatais, porque serão instrumentos, dado que o governo tem um orçamento apertado e precisará delas”, comenta Hammoud. “Elas serão mais voltadas para a execução de políticas públicas do que para os lucros.”

Hammoud ressalta que esta não é uma característica exclusiva de gestão petista. “É uma questão histórica no Brasil, que ocorre desde os governos militares”, diz.

Para o professor, embora o governo Bolsonaro tenha feito “uso eleitoreiro absurdo” de companhias públicas como Petrobras e Banco do Brasil “para ganhar votos”, o mercado leu esses movimentos da gestão anterior como sendo pontuais.

Agora, com o presidente Lula declarando que as estatais estão incluídas na estratégia do governo e, com alterações na legislação do setor, Hammoud diz que a expectativa é que a participação política seja intensificada. “O mercado percebia que estava mais difícil o uso das estatais para fins políticos e, agora, as amarras parecem estar mais frouxas.”

VEÍCULO: O Globo

Data: 09/01/2023

Seção: Opinião/Artigo

Autor:

Título: Rivais já se preparam para atuar como empresas de energia

Contexto Bruno Rosa

Se nos últimos anos a Petrobras focou todas as suas fichas nos desenvolvimentos das reservas de petróleo e gás do pré-sal, as maiores rivais internacionais foram em direção ao sol e ao vento como objetivo de se transformarem em empresas de energia. E, claro, garantir novas receitas com a redução da demanda do petróleo.

Na Europa, a norueguesa Statoil mudou de nome para Equinor e planeja para os próximos cinco anos investimento de US\$ 23 bilhões em renováveis no mundo, tendo o Brasil como um dos mercados prioritários. Quem também olha o país com destaque é a anglo-holandesa Shell, que lançou a marca Shell Energy para atuar apenas no desenvolvimento de projetos de energia limpa.

Só no Brasil planeja R\$ 3 bilhões até 2025.

Na britânica BP, por sua vez, os investimentos em negócios de transição, como biocombustíveis, recarga, energias renováveis e hidrogênio, chegarão a 40% do gasto total do grupo até 2025 e 50% até 2030.

Nessa mesma linha, a americana Exxon, que planeja investimentos de US\$ 17 bilhões em projetos de redução de emissões de gases de efeito estufa em cinco

anos, estabeleceu metade emissão líquida zero de gases de efeito estufa na próxima década.

Todo esse cenário contrasta com o da Petrobras nos últimos anos, que vendeu ativos ligados a energias renováveis e subsidiárias que poderiam ajudar na transição energética como vem fazendo agora a própria BR Distribuidora, hoje rebatizada de Vibra e focada em eletrificação.

A estratégia perseguida pelas últimas gestões na Petrobras foi reflexo da crise agravada pela Operação Lava-Jato, que elevou o endividamento da empresa. Agora, a estatal precisará correr contra o tempo, já que as rivais no exterior já estão operando plantas eólicas no mar, testando soluções com hidrogênio e até armazenando energia renovável em baterias.

VEÍCULO: O Globo

Data: 09/01/2023

Seção: Economia

Autor: Bruno Rosa

Título: Governo quer que Petrobras atue em áreas que vão de fertilizante a refino

Estatual do petróleo... e de muito mais:

Enquanto o mercado financeiro e os consumidores se preocupam com a criação de uma nova política de preços dos combustíveis da Petrobras, o novo governo quer que a estatal tenha um papel mais amplo no desenvolvimento de diversas políticas públicas do país. Da retomada da produção de fertilizantes à ampliação da oferta de refino no Brasil, as intenções, no entanto, esbarram em uma companhia que reduziu seu escopo de atuação, fruto da mudança de estratégia dos últimos anos marcada pela venda de ativos, foco exclusivo no pré-sal e distribuição de dividendos.

Nos primeiros dias da gestão de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), os titulares das pastas de Agricultura, Fazenda, Casa Civil e **Minas e Energia** foram alguns dos que já sinalizaram publicamente a intenção de retomar as obras de unidades de fertilizantes para o agronegócio, construir novas refinarias, estimular investimentos “indutores” e criar uma política de preços para equacionar a questão fiscal da economia.

REVISÃO DE ESTRATÉGIA

Enquanto novos ministros fazem planos, a Petrobras segue sem presidente. O senador petista Jean Paul Prates (PT-RN) foi indicado para o comando da estatal, mas o nome está em análise na Casa Civil.

A preocupação dos especialistas é como a Petrobras vai gerar caixa suficiente para acomodar novos projetos em meio a declarações de que deve alterar sua política comercial de preços. A expectativa é que ela não acompanhe em 100% as cotações internacionais do petróleo. Mas apesar das ressalvas, consultores são unânimes em destacar a importância de investimentos em refino e fertilizantes, além da volta da estatal ao setor de energia renovável, como ações focadas no longo prazo.

Segundo Edmar Almeida, professor do Instituto de Energia da PUC-Rio, a Petrobras já tem condições de repensar sua estratégia. Desde a chegada de Pedro Parente, na gestão de Michel Temer, a companhia concentrou esforços na redução da dívida e na venda de ativos. Mas agora, após “arrumar a casa”, já teria condições de rever esse planejamento, diz ele. A dívida bruta passou de US\$ 109 bilhões em 2017, para US\$ 54,2 bilhões atualmente.

— O Brasil precisa de um plano energético, e a Petrobras se ajusta a isso. Não o contrário. A empresa tem capital aberto e precisa ter uma dimensão empresarial. A Petrobras não é 100% estatal para ser usada como instrumento público — afirma Almeida.

Para ele, o primeiro passo é definir qual será a transição energética para o Brasil, já que isso não foi feito no governo anterior. Só assim, diz, será possível definir os investimentos da Petrobras com o avanço da eletrificação:

— O Brasil precisa aumentar a produção de fertilizantes, mas tem que criar condições para atrair investidores privados. Em refino, falar em preços assusta os investidores. Mas refino é um projeto de 40 anos. Vai ter demanda até lá? É hora de colocar a transição energética nesse tema. Há um toró de ideias desconexas seguindo uma intuição do que querem para a Petrobras.

Helder Queiroz, professor do Instituto de Economia da UFRJ e ex-diretor da Agência Nacional do Petróleo (ANP), reforça o papel da ampliação de investimentos no país. Para ele, temas como desabastecimento de combustíveis e dependência da importação de fertilizantes voltaram à pauta com a guerra da Ucrânia:

— As refinarias voltaram às agendas. Estamos chegando atrasados na discussão. Um projeto como esse custa na faixa de US\$8 bilhões e precisa de planejamento com diretrizes de médio e longos prazos. Hoje, vemos cartas de intenção que não se articulam.

‘CAIXA NÃO É INFINITO’

Mas, para Marcio Felix, sócio da ENP Energy e ex-secretário de Óleo e Gás do Ministério de Minas e Energia (MME) entre 2016 e 2019, será um desafio para a Petrobras voltar a investir em setores de que já saiu, pois o “caixa não é infinito”:

— Refino e fertilizantes são importantes para o Brasil, mas áreas de menor atratividade. Além disso, o pré-sal demanda muitos investimentos. Em fertilizantes, é preciso resolver a questão tributária, pois hoje é mais barato importar do que produzir. E há o gás que precisa se desenvolver e ficar mais barato para estimular a produção de fertilizantes. O plano do governo deve ser atrair investidores privados e não só focar na Petrobras.

No caso do refino, será necessário renegociar os termos de um acordo firmado com o Cade, órgão de defesa da concorrência, que prevê a venda de unidades para abrir caminho ao setor privado.

PAPEL DE MAESTRO

Além de declarações recentes de ministros, o relatório final do Grupo de Transição menciona criação de uma política pública de expansão do refino nacional, implementação de nova política de conteúdo nacional e fortalecimento da participação da estatal em gás natural. Sugere estratégias entre os ministérios para retomar as obras de projetos polêmicos investigados por corrupção na Lava-Jato, como Comperj, uma unidade de tratamento de gás no Rio, e a Refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco. Além disso, também entram na conta unidades de fertilizantes em Mato Grosso do Sul e Paraná. A Petrobras tentou vender esses ativos, mas não obteve sucesso. Ainda resta saber o quanto destas propostas deve de fato vingar.

Para Magda Chambriard, ex-diretora-geral da ANP e professora da Fundação Getulio Vargas (FGV), a Petrobras precisa definir seu papel além do pré-sal e buscar parcerias:

— Há uma percepção de que a companhia estava sendo gerida para ser vendida. A empresa hoje não se enxerga no longo prazo. Não tem horizonte. E seu futuro passa por gás natural. Ela tem de ter o papel de maestro. Mas não deve fazer isso sozinha. Para ser atrativa, tem que buscar parcerias.

O QUE ESTÁ EM JOGO

Política de preços

Indicado para presidir a estatal, Jean Paul Prates, disse que pretende fazer alterações na política de preços, embora descarte uma intervenção. Disse que o preço será vinculado de alguma forma ao mercado internacional, sem especificar como.

Refino

Embora tenha vendido refinarias como as da Bahia e do Amazonas, a intenção é reduzir a dependência de importações de combustíveis e investirem refino. Precisaré renegociar acordo com o Cade, órgão de defesa da concorrência.

Fertilizantes

Integrantes do governo querem que a Petrobras volte a investir em fertilizantes. Hoje, a companhia tem duas unidades hibernadas (paradas), como a de Mato Grosso do Sul e a do Paraná (na foto). Tentou vendê-las, mas não obteve sucesso.

CAPAS DE JORNAIS

Valor **ECONÔMICO**
9 de janeiro de 2023 | Ano 21 | Número 3644 | R\$ 5,00

Terroristas atacam Planalto, STF e Congresso, e DF terá intervenção

Foco do investidor global muda do Brasil para a Ásia, diz Maury do Goldman Sachs

Companhias investem mais apesar da crise

China quer acordo com o Mercosul

Destaque
Aos olhos do investidor global, o Brasil parece estar se tornando um país de risco. Isso é o que Maury, chefe de estratégia global do Goldman Sachs, diz em entrevista exclusiva para o Valor. O investidor acredita que o Brasil não é mais um país seguro para investimentos estrangeiros. Ele prevê uma queda de 10% no PIB em 2023, o que seria o pior desempenho em décadas. Ele também prevê uma queda de 10% no PIB em 2024, o que seria o pior desempenho em décadas. Ele também prevê uma queda de 10% no PIB em 2025, o que seria o pior desempenho em décadas. Ele também prevê uma queda de 10% no PIB em 2026, o que seria o pior desempenho em décadas. Ele também prevê uma queda de 10% no PIB em 2027, o que seria o pior desempenho em décadas. Ele também prevê uma queda de 10% no PIB em 2028, o que seria o pior desempenho em décadas. Ele também prevê uma queda de 10% no PIB em 2029, o que seria o pior desempenho em décadas. Ele também prevê uma queda de 10% no PIB em 2030, o que seria o pior desempenho em décadas.

O ESTADO DE S. PAULO

FUNDADO EM 1875
JULIO MESQUITA (1862-1927)



Segunda-feira 9 de JANEIRO de 2023 • R\$ 6,00 • Ano 144 • Nº 47200
estadão.com.br

Instituições desafiadas ...A6 e A14

Ataque à democracia

Golpistas invadem e quebram sedes dos Poderes

Vândalos pediam intervenção militar • PM é leniente e Lula decreta intervenção na segurança do DF • Pelo menos 400 radicais são presos

Uma semana após a posse de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) na Presidência, bolsonaristas radicais marcharam pela Esplanada dos Ministérios, em Brasília. Eles invadiram e depredaram as sedes dos três Poderes da República. Policiais foram agredidos e reagiram com bombas de gás, spray pimenta e cavalaria. Antes, houve cenas de leniência de PMs, que tiraram fotos com manifestantes. Em reação, Lula, que estava em Araraquara (SP), decretou intervenção na segurança pública do Distrito Federal. O Exército pôs 2,5 mil homens de prontidão. A Advocacia-Geral da União pediu ao STF a prisão de Anderson Torres, secretário da Segurança do DF, que foi demitido do cargo. Cerca de 400 pessoas haviam sido detidas até a noite de ontem.



ERALDO PERES/SP

Executivo. Gabinetes do Palácio do Planalto foram depredados. O de Lula não foi invadido



ERALDO PERES/SP

Legislativo. No Congresso, janelas e mobiliário foram quebrados



WESLEY GAL/ESTADÃO

Judiciário. Sede do STF destruída; ao fundo, golpistas tiram brasão

Notas e Informações ...A3

Intolerável assalto à democracia

Os golpistas e os que lhes dão apoio devem ser punidos de forma exemplar.

Reação internacional ...A13

'Ultrajante', diz Joe Biden sobre ataques

Estados ...A14

'Não admitiremos isso em SP', diz Tarcísio

Análise ...A9

O perigoso passo da extrema direita
Isabella Kalil

Edição de hoje
3 CADERNOS - 40 páginas

Caderno A. Opinião, Política, Internacional, Metrópole, Esportes. Para fechar...
E&N. Destacar Economia & Negócios

C2. Cultura & Compartmento,
A fundo

Tempo em SP
17' Min. 25' Máx.

ISSN 1516-2937
0 1516 2937

FOLHA DE S. PAULO

DESDE 1921 ★ ★ ★ UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

ANO 102 * Nº 34.249

SEGUNDA-FEIRA, 9 DE JANEIRO DE 2023

R\$ 6,00

Golpistas pró-Bolsonaro invadem o Planalto, o Supremo e o Congresso

★ INAÇÃO DE FORÇAS E AUTORIDADES LOCAIS FACILITA AÇÃO DE EXTREMISTAS ★ LULA DECRETA INTERVENÇÃO NA SEGURANÇA DO DF E DIZ QUE CULPADOS RESPONDERÃO ★ DESTRUIÇÃO É INÉDITA

ATAQUE À DEMOCRACIA
Uma turba golpista de apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) invadiu ontem as sedes dos três Poderes em Brasília — o Palácio do Planalto, o Congresso e o Supremo Tribunal Federal.

A ação, facilitada pela leniência das forças de segurança e autoridades locais, é inédita em escala e destruição. Os extremistas depredaram salas, vidraças e obras de arte, agrediram jornalistas e confrontaram policiais.

Integrantes do governo, da Polícia Federal e do STF culpam a gestão Ibaneis Rocha (MDB) no DF e seu secretário de Segurança, o ex-ministro Anderson Torres, exonerado ontem. A Advocacia-Geral da União pede sua prisão.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), que visitava região atingida por chuvas no interior paulista, chamou os invasores de fascistas e disse que serão punidos. Ele decretou intervenção federal na segurança do DF.

Lula responsabilizou o antecessor pelo episódio e pediu apuração do financiamento dos golpistas. Em tudo, Bolsonaro, nos Estados Unidos desde o dia 30, disse que invasões e depredações não são parte da democracia.

O ataque, uma semana após a posse de Lula, emula episódio ocorrido nos EUA em 2021 e durou mais de três horas na tarde de ontem. Segundo o Ministério da Justiça, mais de 200 pessoas foram presas. **Política A4 e A12**

Chefia do Judiciário se diz indignada com 'graves' atos

Em texto conjunto, STF, TSE, STJ, TST e STM expressaram solidariedade às autoridades "alvo dessa absurda agressão" e reiteraram compromisso com o Estado democrático de Direito. **Política A4 e A5**

Governadores condenam ataques e oferecem ajuda

O Fórum Nacional dos Governadores manifestou "absoluta repulsa" aos "gravíssimos e inaceitáveis episódios" em Brasília e colocou forças militares estaduais à disposição do governo federal. **Política A12**

Lygia Maria
Turba do terror merece rechaço veemente **A2**

Análise Igor Gielow
Apagação de segurança gera Capitólio brasileiro **A7**

Vinicius Torres Freire
Bolsonaro e generais estimulam terror **A9**

Demétrio Magnoli
Democracia não é fraca, e sim os políticos **A11**

Análise Oscar Vilhena
Primeira tarefa deve ser apurar responsáveis **A11**

Camila Rocha
Slogan da esquerda é chave para a direita **A12**

EDITORIAL **A2**

Punhado de idiotas

A marcha golpista de Brasília será em um futuro próximo apenas um parágrafo vexatório da história. Não pode, no entanto, ser minimizada agora. Líderes da malta devem ser investigados e punidos nos limites da lei.

Cumpra demonstrar à população que a normalidade democrática será preservada, a despeito de minorias raivosas que imitam os derrotados do Capitólio. O país tem problemas mais importantes a enfrentar.



Reprodução/Redes sociais



Gabriela Bilo/Folhapress



Divulgação

1 Destruição causada por bolsonaristas vista a partir do Palácio do Planalto 2 Brásão da República e cadeira do Supremo Tribunal Federal removidos por invasores e deixados na Praça dos Três Poderes 3 Golpista destrói quadro no Planalto 4 Painel de Di Cavalcanti fura do por manifestantes, no Planalto

“É preciso que essa gente seja punida de forma exemplar, que ninguém nunca mais ouse com a bandeira nacional nas costas se fingir de nacionalistas”

Luiz Inácio Lula da Silva
presidente da República

Depredações e invasões de prédios públicos [...] fogem à regra [da democracia]

Jair Bolsonaro
ex-presidente

Agiremos com rigor para preservar a liberdade, a democracia e o respeito à Constituição

Arthur Lira
presidente da Câmara

Repudio veementemente esses atos antidemocráticos

Rodrigo Pacheco
presidente do Senado

[O STF] não se deixará intimidar por atos criminosos e de delinquentes

Rosa Weber
presidente do STF

esporte **B5**

Adeus a Dinamite

Maior artilheiro da história do Vasco e principal goleador do Campeonato Brasileiro, Roberto Dinamite morreu ontem (8), aos 68 anos, por causa de um câncer no intestino.



Dinamite @rdinamite10

ENTREVISTA DA 2ª Raoni Metuktire 'Desejo descansar, mas não posso parar de trabalhar'

Aos 90, o cacique, uma das mais importantes lideranças indígenas do mundo, diz sentir o dever de seguir sua luta enquanto não encontrar outro nome capaz de ocupar o seu espaço.

"Pedi ao Lula para priorizar a demarcação de terras e a retirada dos invasores, e peço que nossos parentes continuem firmes [na resistência]", afirma ele, que esteve na posse do petista. **A15**

Mural de Di Cavalcanti e vitral são vandalizados

Ilustrada **C2**EDITORIAL **A2**

Câmeras ficam
Em defesa do programa implementado pela PM-SP

Líderes repudiam agressão, e Biden fala em ultraje

Política **10**

O GLOBO



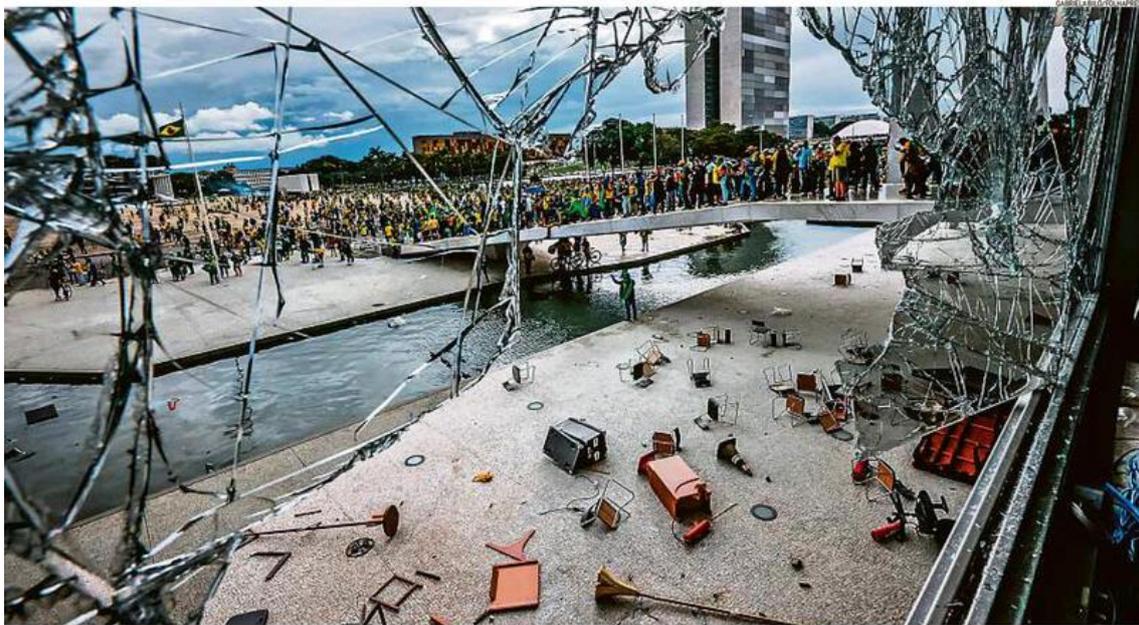
Irineu Marinho (1876-1925) — (1904-2003) Roberto Marinho

RIO DE JANEIRO, SEGUNDA-FEIRA, 9 DE JANEIRO DE 2023 ANO XLVIII - Nº 32.662 - PREÇO DESTE EXEMPLAR NO RJ - R\$ 5,00 2ª EDIÇÃO

TERRORISMO

Bolsonaristas radicais atacam os 3 Poderes; Lula intervém no DF

Golpistas vandalizam Planalto, Congresso e STF; Moraes afasta o governador Ibaneis



Destruição. No Palácio do Planalto, o resultado da atuação dos golpistas sem serem limitados pela PM; janelas foram estilhaçadas; gabinetes, devassados; móveis e computadores, destruídos e arremessados para a área externa do prédio

Com ações violentas e quase simultâneas de invasão e destruição do Palácio do Planalto, da sede do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Congresso Nacional, uma turba de bolsonaristas radicais transformou a Praça dos Três Poderes ontem em um cenário de ataque à democracia que fez lembrar o atentado ao Capitólio em 6 de janeiro de 2021, insuflado pelo então presidente dos EUA, Donald Trump. Deflagrado às 14h50, o ataque foi o ápice de um processo golpista estimulado por lideranças bolsonaristas desde antes das eleições. Os atos dos vândalos vestidos de verde e amarelo contra símbolos republicanos em Brasília foram tolerados pela Polícia Militar (PM) do Distrito Federal (DF) durante horas. O presidente Lula decretou intervenção federal na área de Segurança do Distrito Federal. Ele justificou a medida com base na leniência da PM e criticou os agressores. "Nós chamamos essas pessoas de fas-

cistas. Invadir a sede do governo, da Suprema Corte e do Congresso é abominável", disse o presidente, que acusou o ex-presidente Jair Bolsonaro de insuflar os ataques. "Esse genocida não só provocou isso, estimulou isso, como, quem sabe, ainda está estimulando isso das redes sociais", disse. O ministro do STF Alexandre de Moraes ordenou o afastamento do governador do DF, Ibaneis Rocha (MDB), por 90 dias. Antes, Ibaneis havia pedido desculpas pelas "falhas" e exonerado seu secretário de Segurança, Anderson Torres, que até há poucos dias era ministro da Justiça do governo Bolsonaro. O controle da situação só foi retomado após as 18h. Mais de 260 pessoas foram presas. No fim da noite, Lula visitou os prédios depredados. Mais de seis horas após o início da agressão, Bolsonaro, que está nos EUA, se pronunciou nas redes sociais, afirmando que as ações de ontem "fogem à regra" e refutando acusações. **PÁGINAS 4 e 12**



Violação. O plenário do STF é ocupado por bolsonaristas radicais vestidos com as cores e até com a bandeira do Brasil

EDITORIAL
JUSTIÇA TEM DE PUNIR TERRORISTAS E DETER GOLPISMO **PÁGINA 2**

REAÇÃO DOS PODERES
Congresso se reúne hoje e articula CPI para investigar atos **PÁGINA 9**

MUNDO CONDENA
Biden diz que ação é 'ultrajante', e Macron dá apoio à democracia. **PÁGINA 12**

PATRIMÔNIO HISTÓRICO
Obras de arte, incluindo um Di Cavalcanti, foram vandalizadas **PÁGINA 9**

CONTESTAÇÃO À ELEIÇÃO
Família Bolsonaro e aliados insuflaram golpismo **PÁGINA 11**

FERNANDO GABEIRA
Governo tem de monitorar extrema direita **PÁGINA 2**

MERVAL PEREIRA
Bolsonaro não é líder da direita, mas de marginais **PÁGINA 7**



— Não vamos nos dispersar... —

OBITUÁRIO, ROBERTO DINAMITE
O craque que era uma explosão de gols
Ídolo do Vasco e maior artilheiro dos campeonatos Brasileiro e Carioca, jogador morreu ontem aos 68 anos, de câncer. Velório será hoje, em São Januário. **CADERNO DE ESPORTES**



O Gigante da Colina. Dinamite fez 1.110 jogos e 703 gols pelo Vasco, clube que também presidiu

BERNARDO MELLO FRANCO
A engrenagem do golpismo **PÁGINA 11**

MÍRIAM LEITÃO
Ex-presidente é o principal responsável **PÁGINA 10**

CORREIO BRAZILIENSE

BRASÍLIA, DISTRITO FEDERAL, SEGUNDA-FEIRA, 9 DE JANEIRO DE 2023

NÚMERO 21.847 • 26 PÁGINAS • R\$ 3,00



Prédio do Supremo Tribunal Federal (foto maior) foi o mais depredado pelos terroristas, mas a destruição se espalhou por todos os monumentos da Praça dos Três Poderes



Ataque terrorista vandaliza República...



Extremistas bolsonaristas jogaram o carro da Polícia Legislativa no espelho d'água do Congresso Nacional



No Palácio do Planalto, além de quebrar as instalações, os terroristas roubaram armas e obras de arte

...Moraes afasta Ibaneis e Lula intervém no DF

No mais grave atentado à República desde a redemocratização, milhares de apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro invadiram e depredaram o Palácio do Planalto, o Congresso Nacional e o Supremo Tribunal Federal. Foram

cenas grotescas e criminosas. A baderna começou por volta de 15h30 e só foi controlada à noite, com a prisão de pelo menos 300 baderneiros. As falhas no policiamento e a demora da reação da PM na Esplanada levaram

o presidente Luiz Inácio Lula da Silva a responsabilizar o GDF pelos atos e decidir pela intervenção na área de segurança da capital. No início da madrugada, o ministro Alexandre de Moraes, do STF, determinou o

afastamento do governador Ibaneis Rocha do cargo por 90 dias. Mais cedo, Ibaneis demitiu o secretário Anderson Torres, mas a medida não evitou que sua gestão fosse responsabilizada pelos fatos de ontem.



Equipes fazem perícia no Palácio do Planalto após ação dos vândalos



Mais de 300 baderneiros foram presos, identificados e levados à Papuda



Ibaneis Rocha pediu desculpas, mas deputados distritais querem CPI



MME / ASCOM .